

# CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CONACSO

## TRADIÇÃO, MODERNIDADE E CAPITALISMO NO NORTE DE MINAS GERAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A COMUNIDADE SERTANEJA

Otaviano de Oliveira Filho<sup>1</sup>

**RESUMO:** Partindo de reflexões de Marshal Berman, Anthony Giddens e Zygmunt Bauman sobre a modernidade, o presente trabalho problematiza o processo de modernização na região norte de Minas Gerais com ênfase nas ações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Procura argumentar no sentido de revelar que a contribuição que tais ações deram para a integração da região à dinâmica capitalista de produção não levou em conta as culturas locais, o conjunto de práticas que constituem a “cultura popular tradicional” de um determinado território. Assim, a modernidade, operada pela Sudene a partir da ideologia do progresso, contribuiu para que o capital, com sua lógica globalizante, alterasse relações sociais de produção que marcaram a história da região, forçando sua integração ao capitalismo nacional, sem qualquer preocupação com as populações rurais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tradição. Modernidade. Capitalismo. Cultura Popular Tradicional. Sudene.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor de Antropologia e Sociologia na Faculdade Vale do Gorutuba (FAVAG).

## 1. TEORIAS DA MODERNIDADE

A fim de aguçarmos essa problemática, reportamo-nos, inicialmente, àquele autor que a colocou de modo contundente nos anos 1980 e se tornou referência básica sobre o assunto, Marshall Berman (1986):

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: *ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e de mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia*. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como diz Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”(…). No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm chamar-se ‘modernização’ (grifos nossos).

Inspirado em Marx e Engels do *Manifesto Comunista de 1848* com seu estridente pressuposto de que as estruturas do mundo feudal estavam se desmanchando em razão da dinâmica capitalista de produção, Berman dialetiza o conceito de modernidade e estabelece diferenciação entre modernidade, modernismo e modernização, rompendo com uma suposta semelhança entre esses três conceitos. A modernidade diz respeito a um novo modo de organização da vida social, política e econômica no Ocidente, ao passo que o modernismo corresponde a movimentos inovadores na esfera artística de fins do século XIX às primeiras duas décadas do século XX e modernização, por sua vez, diz respeito a processos desenvolvimentistas que permeiam o mundo moderno. Tal perspectiva nos remete à análise de Sérgio Paulo Rouanet, que tem como ponto de partida Max Weber, segundo o qual os conceitos de racionalização, modernização e modernidade são afins.

Para Weber, coube à *secularização*, através da aceleração de processos de racionalização, a destruição das bases da sociedade tradicional. “A modernidade” ressalta Rouanet (1993, p. 120) em sua interpretação do sociólogo alemão, “é produto desses processos globais de racionalização que se deram na esfera econômica, política e cultural”. Esses processos globais de racionalização, ao provocarem a dissolução das formas de produção feudais, estimularam a emergência de uma mentalidade empresarial moderna baseada na previsão, no cálculo, em técnicas de organização contábil das relações econômicas. Disso resultou, em termos políticos, a substituição da autoridade descentralizada pré-moderna pelo Estado absolutista e, posteriormente, pelo Estado verdadeiramente moderno, dotado de um sistema tributário centralizado, de um poder militar permanente e do monopólio da violência. Em termos culturais, isso significou a “dessacralização” das visões tradicionais do mundo e a diferenciação entre a ciência, a moral e a arte, esferas de tradicionalmente marcadas pela religiosidade, culminando, finalmente, no que Weber percebeu como um “desencantamento do mundo”. A modernização, desta perspectiva weberiana, está diretamente vinculada ao desejo de eficácia nas relações sociais:

Modernizar é melhorar a eficácia da administração pública, das instituições, dos partidos. É um conceito funcional de modernização, no sentido literal: numa sociedade moderna as instituições funcionam melhor que em sociedades tradicionais (ROUANET, 1993, p. 122).

## **2. DESENVOLVIMENTO E DESESTRUTURAÇÃO**

A ideia de desenvolvimento deriva da lógica de mercado fundamentada em valores como progresso, racionalidade, objetividade e impessoalidade. Está diretamente vinculada ao processo de expansão do capitalismo, à monetarização do mundo, ao liberalismo e ao Estado de direito e suas leis positivas. De acordo com Otávio Ianni,

A descoberta de que a terra se tornou mundo, de que o globo não é apenas uma figura astronômica, e sim um território no qual todos encontram-se relacionados e atrelados, diferenciados e antagônicos, essa descoberta surpreende, encanta e atemoriza. Trata-se de *uma*

*ruptura drástica, nos modos de pensar, ser, agir e fabular. Um evento heurístico de amplas proporções, abalando não só as convicções, mas também as visões de mundo* (IANNI, 1992 – grifos nossos).

Assim, o desenvolvimento, imposto a partir dos grandes centros europeus e dos EUA às diversas regiões do mundo, revela-se como um fator de desestruturação, num primeiro momento, e reestruturação, num segundo momento, de modos de organização social locais, relegando ao esquecimento saberes e técnicas tradicionais, que passaram a ser associadas ao atraso, tidas e havidas como anacrônicas. As novas técnicas, legitimadas como símbolos de desenvolvimento, tiveram e continua a ter, no vasto interior do Brasil, um sentido de reestruturação justa da vida social, de melhoria de vida “para todos”.

A partir de um viés antropológico, pode-se dizer que a ideia hegemônica de desenvolvimento como progresso no mundo ocidental ignora os saberes autóctones das populações tradicionais sertanejas, toda a “cultura popular tradicional”<sup>2</sup>. Mesmo o modernismo de fins do século XIX às primeiras décadas do século XX, com todo o seu projeto de ruptura com valores hermenêuticos logocêntricos, não chega a reconhecer costumes radicalmente locais, digamos, que são aqueles que preservam no mundo rural, como constituintes de uma rica diversidade cultural. O modernismo em geral tem como referência o mundo urbano, o que se passa nas cidades, não o mundo rural habitado por populações tradicionais, como quilombolas e indígenas.

Longe de procurar, pelo menos, encontrar soluções para os grandes antagonismos inerentes ao projeto iluminista de modernização, o Brasil, através de suas elites coloniais e republicanas, acaba por ampliar esses antagonismos, naturalizando disparidades socioeconômicas produzidas pelo desenvolvimento pautado pela ideia de progresso, em termos teóricos, e pela inovação técnica, em termos práticos. O crescimento econômico, assim, é concebido como mecanismo capaz de, por si só, melhorar as condições de vida da população e diminuir as disparidades sociais em geral, com oferta de energia, saneamento, equipamentos urbanos, saúde e escolaridade. Mas, passado um longo tempo, percebe-se hoje que o desenvolvimento não proporcionou a diminuição das desigualdades sociais, apenas beneficiou pequenos grupos empresariais.

---

<sup>2</sup> Para maior embasamento sobre a defesa deste conceito proposta por Maria Celeste Mira nas referências.

Tivemos e continuamos a ter no país um projeto desenvolvimentista atrelado aos interesses externos e internos de expansão do capital, do mercado, do lucro e da acumulação de riquezas materiais, que deixa como lastimoso saldo a exclusão social de milhões de pessoas. Com o mercado e o dinheiro sendo impostos como as bases sobre as quais devem se configurar as relações sociais, políticas, econômicas e culturais, desestruturam-se e reestruturam, também, saberes e técnicas que constituintes das lógicas de organização social das populações tradicionais, processo que tem no seu limite a separação radical, que há muito a Antropologia nos permite colocar sob suspeita, entre civilização e barbárie. Sobre esta ação desestruturante, referindo-se ao processo que tornou as lógicas mercadológicas predominantes na Europa do século XIX, Polanyi (2000) nos diz:

a economia de mercado é uma estrutura institucional, e sempre nos esquecemos disto, que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo (...). Se o efeito imediato de uma mudança é deletério, então, até prova em contrário, o efeito final também é deletério (p. 56).

### 3. A QUESTÃO DA CULTURA POPULAR TRADICIONAL

De forma muito simples, pode-se definir cultura popular tradicional como todas as práticas e representações culturais vivenciadas no cotidiano de atores sociais, distanciados do racionalismo científico, que permitem a recriação de seu universo: crenças, hábitos, costumes, conhecimentos. A cultura sertaneja, em todas as suas manifestações pelo interior do Brasil, está impregnada de práticas que permeiam o universo dos sujeitos sociais, que a tem como referencial de vida, memória e tradição: não foi emoldurada como discurso oficial, não se tornou, ainda, “mercadoria”, conforme elucidado por Maria Celeste Mira<sup>3</sup>. Por isso mesmo, possui lógica interna própria, ritmo

---

<sup>3</sup> Maria Celeste Mira defende a tese de que as festas populares tornaram-se eventos de massa por serem lucrativas, ou seja, é um “novo nicho de mercado”. Mira questiona: “Por que a “cultura popular” teria se tornado um bom negócio? A festa se mostra um dos eventos mais lucrativos da contemporaneidade”. Para mais aprofundamento sobre *cultura popular tradicional* ver MIRA, Maria Celeste. “o tradicional na metrópole: propostas para a cultura popular na cidade de São Paulo. IN: BERNARDES, Maria Elena, GALZERANI, Maria Carolina B. (Orgs.). *Memória, cidades e educação das sensibilidades*. Campinas, SP: Unicamp/CMU, 2014.

e modo peculiar de existência, revela uma noção de tempo natural, tendo como condição de sobrevivência o *enraizamento* (no dizer de Ecléa Bosí) na tradição, numa maneira própria de conceber o mundo, o entorno em que se vive.

A abrangência atual do termo cultura, referindo-se a tudo que pode identificar uma sociedade ao diferenciá-la de outras, tem sido uma das preocupações da história da cultura, cujos pesquisadores, por perceberem as diversidades entre as sociedades e as mudanças que se processam nas mesmas, de século a século, justificam a necessidade de entender a cultura como algo construído socialmente e que requer explicação e interpretação em termos sociais e históricos. Assim, a cultura popular, conforme estudos de um Bakhtin e um Ginzburg apresenta-se como o espaço em que resistências e táticas podem fluir como forma de recusa à ordem estabelecida. Neste sentido, pensa-se a realização de práticas culturais de cunho lúdico, de festas a textos satíricos, como momentos em que, quebrando-se o ritmo cotidiano de trabalho, impõe-se a lógica da alegria. Segundo Marilena Chauí,

(...) fala-se de cultura popular enquanto cultura dominada, invadida, aniquilada pela cultura de massa e pela indústria cultural, envolvida pelos valores dominantes, pauperizada intelectualmente pelas restrições impostas pela elite, manipulada pela folclorização nacionalista, demagógica e explorada, em suma, impotente face à dominação e arrasada pela potência destrutiva da alienação (CHAUÍ, 1982, p. 63).

Alguns intelectuais compreendem muitas das representações culturais das classes populares como caos e despolitização. Outros autores as tem interpretado como forma de recusas e resistências criadas em espaços de trabalho, lazer e moradia. A alienação não é desta perspectiva, a característica dos menos favorecidos economicamente: ela germina na sociedade como um todo e está expressa no discurso ideológico capitalista, tendo como indicador a valorização da cultura popular apenas sob o signo do nacionalismo demagógico, que a congela como tradição. Cultura popular e cultura erudita são “rótulos” que qualificam as formas de expressões artísticas, sem explicitá-las ou compreendê-las.

São diferentes apenas no que se refere ao conteúdo e à forma de representação de uma dada realidade social, sem estarem totalmente desvinculadas, pois ambas se alimentam reciprocamente de uma circularidade que caracteriza sua dinâmica.

A interpenetração e o entrecruzamento de práticas culturais são hoje, mais do que nunca, viabilizadas pelos meios de comunicação de massa, cabendo-nos compreender as múltiplas recriações e/ou introjeções que as classes populares fazem do que lhes é imposto das mais diversas maneiras pela mídia. Deve-se tratar a cultura popular como uma das formas possíveis de representação, que pessoas ou classes sociais utilizam para expressar suas experiências e vivências. A cultura popular, conforme Roger Chartier<sup>4</sup>, não deve ser considerado em termos apenas de “ideias” de terceiro nível ou ser tratada apenas da perspectiva ideológica como manifestação da consciência/inconsciência de determinados segmentos sociais. Cultura é expressão de vida, é vida e não apenas simbologia de um tempo e espaço.

As formas de expressão da cultura popular estão impregnadas por experiências, lutas, sobrevivências, misticismo, e refletem situações concretas, práticas de um mundo real, construídas, entremeadas no cotidiano, no fazer do dia a dia dos seres humanos. É necessário entender que as festas, os cantos, as rezas, as danças, podem ter, muitas vezes, suas datas comemorativas específicas criadas por conveniências, por uma cronologia cultural estabelecida em função de uma tradição. Mas não se pode esquecer que, antes desse calendário ser oficializado, tais práticas culturais foram vivenciadas e experimentadas na rotina das pessoas, como parte integrante de suas vidas, para só depois serem cultuadas.

Antes de serem representações discursivas de uma época, práticas culturais foram ou são parte de um mundo no qual, ao se produzirem relações econômicas e sociais,

---

<sup>4</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico* In: Estudos históricos, Vol. 08, n° 16. Rio de Janeiro, 1995.

também se produz e se reproduz cultura. A cultura, então, não pode deixar de ser pensada como parte das relações sociais de produção, de convívio e de formas de solidariedade, prazer, lazer e crenças místicas. A cultura popular, quando entendida como folclore, como tradição, tende a congelar as práticas culturais no tempo, expediente através do qual essas práticas se apresentam sem a pulsação de vida que lhes é característica e, conseqüentemente, seu significado simbólico para os sujeitos sociais que a vivem, tornando-se uma representação artificial. O que usualmente se observa na “folclorização da cultura”, com o intuito de preservação ou mera comercialização, é a apresentação de eventos artísticos “higienizados”, esteticamente disciplinados, desprovidos de seus aspectos de pobreza ou rudeza que são referência de sua historicidade, o que tornaria a cultura popular mais palatável para as elites locais dominantes, caso das chamadas “Festas de Agosto” na cidade de Montes Claros, pólo regional do Norte de Minas Gerais<sup>5</sup>.

Corre-se o risco de ficar como herdeiro de uma tradição romântica se for mantido a fidelidade à noção de que, para se conhecer ou valorizar a cultura popular, deve-se considerar apenas o exclusivo estabelecimento de sua origem, desconhecendo-se que em suas práticas e rituais a cultura trapaceia, remexe a realidade, produz valores e concepções, mantém um diálogo contínuo entre categorias do passado e do presente. A cultura, por se configurar como processo dinâmico, tem nas transformações e deteriorações aspectos positivos, não negativos. Antes de ser representação de uma época, a cultura é parte de um mundo real, produzida em meio a relações políticas, econômicas e sociais em sentido amplo. No cotidiano dos indivíduos, conforme Michel de Certeau<sup>6</sup>, é que a cultura se pluraliza, revelando-se como representação viva e dinâmica das classes populares, fundindo elementos antigos – festas, cultos, ritos – com elementos novos - os meios de comunicação de massa, técnicas e tecnologias diversas -, fazendo-se e refazendo-se continuamente.

---

<sup>5</sup> A problematização do folclore é pertinente porque as “Festas de Agosto”, em Montes Claros, são vistas como patrimônio do “folclore” da cidade, e utilizada pelas elites locais - visão mercadológica, apesar de que os grupos se reafirmam como categoria social local. Para maior aprofundamento sobre “Os catopés de Montes Claros”, ver o trabalho de Costa, João Batista de Almeida- texto produzido por ocasião da 27ª Festa de Agosto de 2005, a pedido da Prefeitura Municipal de Montes Claros.

<sup>6</sup> CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.



#### 4. O DESENVOLVIMENTISMO NO NORTE DE MINAS GERAIS

As mudanças ocorridas na cultura popular do interior sertanejo de Minas Gerais podem ser observadas de modo mais efetivo a partir da execução de projetos e planos governamentais no período da ditadura militar, especialmente na década de 1970, ações, como o chamado Projeto Jaíba<sup>7</sup>, que visaram acionar a produtividade econômica de uma região historicamente caracterizada pela pobreza material. Grandes plantações de frutas, feijão, milho, eucalipto e, especialmente, desmatamento de matas virgens para a produção de carvão vegetal, devastaram paisagens e pequenas propriedades, com a alardeada finalidade de promover o alinhamento do mercado regional com o nacional e internacional.

Tais mudanças lograram soterrar grande parte de um mundo rural com suas características própria, construído com o trabalho manual de escravos, indígenas, paulistas, pernambucanos, baianos, mestiços, sertanejos, enfim, ao longo da dramática história do Brasil profundo, sempre marcada pelo signo da *resistência identitária* (Oliveira Filho, 2006). A integridade e sustentabilidade desse mundo rural só foi possível em função de uma economia de subsistência, na qual se sobressaíam a solidariedade vicinal, a fé e a religiosidade, toda uma série de valores éticos, morais e culturais. Os traços fundamentais desse mundo, conforme tivemos oportunidade de elencar e enunciar em livro resultante de pesquisa de mestrado são:

---

<sup>7</sup> O projeto Jaíba, que abrange os municípios de Jaíba e Matias Cardoso no extremo Norte de Minas Gerais, surgiu no contexto de expansão da fronteira agrícola empreendida pelo governo brasileiro a partir da segunda metade do século XX, se tornando atualmente o maior perímetro irrigado da América Latina. Todavia, a SUDENE foi criada através da lei nacional nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. A Sudene representou um esforço do Governo Federal de agir no sentido de promover o desenvolvimento do Nordeste através de um duplo objetivo: coordenar as ações do governo e administrar os recursos transferidos para a região. Assim, o Norte de Minas foi incorporado a Sudene por já fazer parte do chamado “polígono das secas” determinado em 1936, não incluindo a referida região, isso só seria feito em 1948 pelo decreto 9.857. Para maior compreensão sobre o projeto Jaíba ver a tese de doutoramento de RODRIGUES, Luciene. *Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba*. Uma interpretação: 1970-1996. 337 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

As festas populares, as folias de reis, as promessas para chover ao pé do cruzeiro no alto da serra, os terços cantados, os desafios de se “subir no pau de sebo”, as encomendações das almas na sexta-feira da Paixão, as parteiras, as lavadeiras dos rios com suas cantigas, a comensalidade dos tropeiros (paçoca de carne de sol batida no pilão, arroz com pequi, bolo de puba, “brividades”, biscoito de queijo), os potes e as gotijas d’água, os monjolos e as rodas d’água, a feitura do sabão feito em tachos de cobre, as casas de farinha e a “ralação” da mandioca, as quitandas feitas nos fornos de barro e/ou de tijolo assado dispostos nos fundos dos quintais das casas do mundo rural, às figuras do carro de boi e do boiadeiro e tantas outras imagens presentes no cotidiano rural de então, perduram, na maioria das vezes, apenas na memória daqueles que as vivenciaram como experiências concretas de vida (Oliveira Filho, 2006; 2011).

Em pleno século XXI, as mudanças no sertão mineiro são visíveis, sobretudo, em termos agrários, as grandes plantações de eucalipto, e urbanísticos, grande parte do espaço asfaltado, rodovias movimentadas que se sobrepõem às antigas estradas de terra. Todo um artificialismo impõe-se, desde os anos 1970, sobre o território natural no sertão mineiro, suscitando-nos a sensação de que a modernidade *desenvolvimentista* soterrou ali todo um modo de vida social considerado ultrapassado, incompatível com o tempo presente. Em face desta dura realidade, encaminhamo-nos no sentido de refletir sobre a importância de valores socioeconômicos locais, resultantes de uma determinada cultura, para o desenvolvimento regional sustentável, capaz de suprir as necessidades reais de grande parcela dos sujeitos sociais. Entendemos que, mediante a operacionalização de suas próprias técnicas, as populações locais desempenham o papel de sujeitos, não apenas de objetos, do desenvolvimento, o que lhes possibilita resguardar as diferenças culturais que, no fundo, correspondem a um modo diferente, sertanejo, de viver, que deve ser respeitado num Estado de Direito Democrático.

Afirmando-se como sujeito de sua história, as populações tradicionais do Norte de Minas Gerais, com seus saberes autóctones, podem deixar de ser vistas como símbolos de “atraso”, de “arcaico”, deixam de ser percebidas em comparação com sociedades

consideradas exemplares do ponto de vista capitalista, da sua pujança mercadológica. Podem, por outro lado, resistir com mais eficácia às políticas de adequação do espaço sertanejo, perpetradas por grandes grupos econômicos com o amparo do Estado para-liberal brasileiro, à forçada adequação do espaço social aos interesses do capital, todo um processo de “relayoutização” que subordina a geografia humana a uma economicidade funcional: grandes avenidas, terminais de ônibus, anéis rodoviários, edifícios, outdoors, vitrines, shoppings centers, vidros e ferros, concreto e mais concreto que intenta fazer do sertão mais um frio espaço capitalista.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste artigo, em consonância com a nossa pesquisa para o doutorado, intitulado preliminarmente de: “um lugar chamado sertão, nesses sertões: antinomias narradas”, desenvolver uma breve reflexão sobre a relação entre modernidade e tradição, tomando como parâmetro o que se passa na região norte de Minas Gerais, sem qualquer pretensão, naturalmente, de ir às últimas consequências na abordagem de uma problemática que ainda estamos explorando de modo sistemático. Percebemos, como parte deste processo reflexivo, que a resistência das populações tradicionais norte-Mineiras ao processo de modernização que lhes é imposto “de cima pra baixo”, de forma sempre autoritária, deve-se em grande parte, no presente, ao cultivo da memória coletiva, fonte de sua identidade cultural. Esse cultivo transparece em objetos e situações cotidianas marcadas pelo signo do sagrado, em imagens de santo, em oratórios, mas também nos ditos provérbios, nos causos populares, nas festas diversas, rezas, comidas e bebidas. São “constructos” simbólicos em que se preservam valores locais, experiências de um modo diferente de vida, tão digno como aquele que pratica nas metrópoles e megalópoles onde os preceitos discursivos da modernidade são verdades absolutas.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Mal-estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CHARTIER, Roger. *Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico* In: Estudos históricos, Vol. 08, nº16. Rio de Janeiro, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência, aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola. 1990.

IANNI, Otávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MIRA, Maria Celeste. “o tradicional na metrópole: propostas para a cultura popular na cidade de São Paulo”. IN: BERNARDES, Maria Elena, GALZERANI, Maria Carolina B. (Orgs.). *Memória, cidades e educação das sensibilidades*. Campinas, SP: Unicamp/CMU, 2014.

OLIVEIRA FILHO, Otaviano. “resistência identitária: a configuração etnocultural da comunidade sertaneja norte-mineira no processo histórico de Minas Gerais”. IN: *Revista UFG*. Goiânia, Editora UFG, 2006.

\_\_\_\_\_. *Do Brasil ao Sertão: Uma análise do processo de constituição da identidade sociocultural do norte de Minas*. Montes Claros: Imensa, 2011.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RODRIGUES, Luciene. *Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba*. Uma interpretação: 1970-1996. 337 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



Objetos da fé e devoção das populações tradicionais do norte de Minas



Casas de farinha das comunidades rurais do norte de Minas